



**Salário mínimo**

**R\$ 1.100**

**Dólar**  
Na quinta-feira

**R\$ 5,516**  
(▲ 0,13%)

Últimas cotações (em R\$)

6/outubro	5,486
7/outubro	5,517
8/outubro	5,516
11/outubro	5,537
13/outubro	5,509

**Euro**  
Comercial, venda na quinta-feira

**R\$ 6,396**

**Capital de giro**  
Na quinta-feira

**6,76%**

**CDB**  
Prefixado 30 dias (ao ano)

**6,70%**

**Inflação**  
IPCA do IBGE (em %)

Maio/2021	0,83
Junho/2021	0,53
Julho/2021	0,96
Agosto/2021	0,87
Setembro/2021	1,16

**COMBUSTÍVEIS /** Chefes de Executivos estaduais afirmam que vão recorrer ao STF contra proposta que altera o cálculo do tributo, caso ela seja aprovada no Senado. Segundo secretários de Fazenda, governos regionais podem ter perda de R\$ 24 bilhões por ano

# Governadores tentam barrar projeto do ICMS

Fernanda Strickland  
Raphael Felice

**G**overnadores articulam uma ação conjunta para tentar barrar, no Supremo Tribunal Federal (STF), o projeto de lei que altera a forma de cálculo do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre combustíveis, caso seja aprovado pelo Senado. Segundo estimativas das secretarias de Fazenda, o projeto, que já passou pela Câmara, pode tirar R\$ 24 bilhões por ano dos cofres estaduais. Os governadores entendem que ele é inconstitucional, por interferir na autonomia dos estados para legislar sobre o seu próprio tributo, além de ferir a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) que exige medidas compensatórias para renúncias de receitas.

O assunto foi tema de uma reunião, ontem, do Comitê Nacional dos Secretários de Fazenda dos Estados (Comsefaz).

“Os secretários convergiram na ação de trabalhar para sensibilizar e persuadir os senadores do equívoco que é o projeto aprovado na Câmara e pedir a não aprovação do mesmo, já que não resolve o problema do preço dos combustíveis”, disse o diretor institucional do Comsefaz, André Horta.

O texto aprovado na Câmara determina que o ICMS dos combustíveis seja calculado com base em um valor fixo por litro, e não mais com a aplicação de determinado percentual sobre o preço, como hoje. Além disso, o preço de referência seria a média dos últimos 24 meses, o que tende a reduzir o valor do imposto.

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), prometeu ontem dar atenção ao projeto, mas prometeu consultar os governadores. Pacheco disse que o projeto aprovado é bem-vindo e que

Minervino Júnior/CB/D.A Press



Texto aprovado na Câmara prevê cobrança de um valor fixo por litro, que incidiria sobre o preço médio de venda verificado nos 24 meses anteriores

será recebido de forma republicana e analisado para tornar o preço do combustível mais “palatável”. Os governos regionais, no entanto, consideram que a aprovação do projeto foi uma resposta política, e não econômica, que não resolverá o problema dos preços elevados dos combustíveis.

O governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha (MDB), fez duras críticas à proposta. “É um projeto de penalização dos estados. Nós (no DF) reduzimos o ICMS para 25% em um parcelamento de três anos, fizemos a nossa parte. Mas o que o Congresso está fazendo, de forma inconstitucional, porque quem tem que reger a questão do ICMS

são os estados, e não a União, é uma afronta”, disse. “Estão querendo transferir a responsabilidade (do preço dos combustíveis) para os estados, mas nós vamos

## » A parte de cada um

**Composição do preço da gasolina**

10,3%	Distribuição e revenda
17,0%	Custo etanol anidro
27,0%	ICMS
11,2%	Cide, Pis/Pasep e Cofins
33,6%	Realização Petrobras

Fonte: Petrobras

serão os estados, e não a União, é uma afronta”, disse. “Estão querendo transferir a responsabilidade (do preço dos combustíveis) para os estados, mas nós vamos

barrar isso no Supremo Tribunal Federal (STF)”, completou.

Segundo o presidente do Sindicato Combustíveis-DF, Paulo Tavares, o GDF vai perder R\$ 600 milhões por ano, aproximadamente, em arrecadação do ICMS caso o projeto seja aprovado e sancionado.

Jordão Novaes, advogado tributário da Zilveti Advogados, Jordão Novaes explicou que, atualmente o ICMS dos combustíveis é cobrado na modalidade de substituição tributária. “A base de cálculo é estimada a partir de uma média ponderada de preços coletados a cada 15 dias pelas secretarias de Fazenda. Então, a cada dia temos fiscais indo aos postos de combustíveis, verificando

os preços e, com base nesta tabela, as refinarias recolhem o ICMS para toda cadeia comercial”.

O especialista observou que essa dinâmica vem sendo questionada, pois, por mais que os estados não elevem a alíquota do ICMS, a partir do momento que aumenta a base de cálculo, a arrecadação vai crescer. “Essa dinâmica de cobrança acaba sendo muito prejudicial para todo mercado, e dentro deste panorama internacional que estamos vendo, com o aumento de barril de petróleo, aumento do dólar, contribui para que tenha esse efeito cascata nos preços aqui dentro do Brasil”, disse. (Colaborou Rafaela Martins)

## Efeito incerto

Para especialistas, a mudança da cobrança do ICMS sobre combustíveis pode beneficiar o consumidor a curto prazo, mas não há nenhuma garantia de que a nova política continue a gerar os mesmos efeitos no futuro. O grande problema, segundo os analistas, é que o custo dos combustíveis, no Brasil, é determinado pelas cotações do petróleo, que estão batendo recordes, e pelo valor do dólar, que está valorizado ante o real.

Especialista em economia empresarial e internacional, Fábio Tadeu Araújo explicou que, com a alteração aprovada na Câmara, o ICMS dos combustíveis passará a ser cobrado com base em um valor fixo em reais, que poderá ser alterado uma vez ao ano. Esse valor seria a média de preços observada nos 24 meses anteriores.

Desse modo, caso o Senado aprove a proposta do jeito em que está, o preço dos combustíveis seria reduzido. “Calculando os 24 meses anteriores a essa mudança, estima-se uma redução média entre 7% e 9%”, explicou.

No entanto, uma redução inferior a 10% não deve ser encarada com tanto otimismo. No Distrito Federal, onde a gasolina beira os R\$ 7 em alguns postos, pode haver uma redução de até R\$ 0,60 por litro, e o preço não ficaria sequer abaixo dos R\$ 6.

Segundo o professor do Instituto Brasileiro de Mercados e Capitais (Ibmerc), William Baghdassarian, a totalidade do desconto pode não chegar às bombas, uma vez que os postos podem aumentar a margem de lucro. “É uma solução ineficaz, porque o impacto vai ser muito pequeno e não tem como obrigar o posto de gasolina a, simplesmente, baixar o preço do combustível”, avaliou.

Para Baghdassarian, o grande problema é que, a médio prazo, a tendência é de nova alta dos preços. Com uma crise energética à espreita, a demanda de petróleo deve aumentar e, consequentemente, o barril de petróleo sofrerá reajuste. Com isso, o preço dos combustíveis deve retomar o patamar anterior à proposta”, disse. “Isso será somado a um déficit financeiro ainda maior nos estados, que ainda não se recuperaram totalmente dos custos despendidos com a ações de combate à pandemia.”

## Desequilíbrio

Além disso, em 2023, por exemplo, a média dos dois anos anteriores abarcaria 2021, período em que os preços atingem recorde histórico, ou seja, a fórmula consagrada no projeto passaria a atuar no sentido de aumentar a tributação dos combustíveis e os valores cobrados dos consumidores na bomba.

Outro ponto destacado por especialistas é que o fator de desequilíbrio no preço do combustível é o dólar. O preço médio do barril de petróleo em 2019 custava algo em torno de US\$ 60. Neste mês, o valor médio do produto registrou US\$ 84,11. Com cada real custando US\$ 5,51, o fator dólar é o que mais penaliza no consumidor brasileiro.

# Bolsonaro: “Tenho vontade de privatizar a Petrobras”

» FERNANDA FERNANDES  
» INGRID SOARES  
» ISRAEL MEDEIROS

A troca de acusações sobre a carestia dos combustíveis entre o governo federal, governadores e a Petrobras parece estar longe do fim. Ontem, o presidente Jair Bolsonaro voltou a responsabilizar a estatal pelo alto preço da gasolina, após mais um reajuste no valor de venda nas refinarias, na última semana. Segundo o presidente, sua vontade é privatizar a maior estatal brasileira.

“É muito fácil: aumentou a gasolina, culpa do Bolsonaro. Eu tenho vontade de privatizar a Petrobras. Vou ver com a equipe econômica o que a gente pode fazer. Porque o que acontece é que eu não posso, não é controlar, eu não posso melhor direcionar o preço do combustível, mas quando aumenta, a culpa é minha”, disse Bolsonaro à Rádio Novas de Paz, de Pernambuco.

O presidente também voltou a responsabilizar os estados por cobrarem o Imposto sobre Circu-

lação de Mercadorias e Serviços (ICMS) em cima do “preço na bomba” e lembrou que o governo zerou o imposto federal sobre o gás de cozinha, em março deste ano. “Aumenta o gás, a culpa é minha, apesar de ter zerado o imposto federal. Eu zerei em março ou abril e mesmo assim aumentou de preço”, disse.

As críticas à política de preços adotada pela Petrobras, de paridade internacional, também têm sido proferidas pelo presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira. Na quarta-feira, Lira questionou a função da estatal para o país, em entrevista à CNN. “Há uma política que tem que ser revista, porque hoje nem é pública nem privada. Não seria o caso de privatizar a Petrobras? Não seria a hora de se discutir qual a função da Petrobras no Brasil? É só distribuir dividendos para os acionistas? Para que serve esse patrimônio para o povo brasileiro?”, questionou.

O discurso de privatizações foi um dos motes do governo Bolsonaro desde a última campanha

eleitoral, embora, na prática, pouco tenha sido feito nesse sentido. O economista Rodrigo Moliterno, especialista em Renda Variável da Veedha Investimentos, explica que, embora a desestatização da empresa pública pudesse fomentar a livre concorrência entre empresas de combustíveis, a política de preços continuaria a mesma, ainda muito dependente da variação cambial.

“Ela (Petrobras) privatizada não significa que o preço vai cair ou subir, vai depender da matéria-prima. Na prática a política seria a mesma”, afirmou Moliterno. Também é o que acredita o economista Felipe Queiroz, pesquisador da Universidade Estadual de Campinas. “Bolsonaro fala sobre privatização para agrandar o capital financeiro, sobretudo internacional”, disse.

“Há hoje uma retórica que tem deixado pior a imagem da Petrobras, e o Bolsonaro, por nunca ter assumido uma posição de estadista, insiste nisso. Por pura covardia, porque não vai alterar a política de preço da

Mauro Pimentel/AFP - 9/3/20



Estatal está no centro do furacão, mas ideia é vista com ceticismo

Petrobras. Se privatizar, a tendência, na verdade, é de piora nos preços, já que ela perde a característica de empresa pública”, afirmou Queiroz.

Durante todo o mandato, a equipe econômica do governo avançou pouco quando o assunto é privatização, como no caso da Eletrobras. Para Wilson Sahade, advogado especialista em direito administrativo e sócio do Lecir Luz e Wilson Sahade Advogados, em qualquer caso, o ato de privatizar a estatal deve ser resultado de um planejamento e não apenas reali-

zado para atender uma necessidade ocasional.

“Independentemente do interesse em privatizar para executar uma importante política pública de distribuição de renda e desenvolvimento social, qualquer privatização deve ser objeto de estudo e planejamento, de modo que se torna inevitável questionar o motivo pelo qual o governo não aproveita elevadíssimas valorizações de operações realizadas no mercado de renda variável pelo BNDES e vende as ações que possui de diversas companhias privadas”, destacou.